

**PLANO E MEMÓRIA DE REUNIÃO**
**1. PLANO DE REUNIÃO**
**TEMA – ASSUNTO PRINCIPAL DA REUNIÃO**

Reunião do Grupo Técnico de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais - GTSIS

Nº	OBJETIVOS ESPECIFICOS
2.	Painel SIAFIC (Continuação)
2.5	Adequação aos Padrões Mínimos do Governo Federal

**2. MEMÓRIA DE REUNIÃO (ATA)**

Data	Hora (início)	Hora (término)	Relator
02/06/2011	09h00	12h00	Aldemir/Joaquim

**COORDENADOR DO GRUPO TÉCNICO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS - GTSIS**

José Airton Lacerda de Jesus

**PARTICIPANTES**
**Titulares**

Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
Angelita da Mota Ayres Rodrigues	CJF	Márcio Nunes de Resende	DRPSP/SPS/MPS
Antonio Carlos Mantuano	IBGE	Mayrislandes Aparecida Coura	CGU
Carlos Magno Ferreira	DESD/SE/MS	Núbia Moreira dos Santos	SLTI
Cristina Pimenta Nunes	ABRASF	Paulo César da Fonseca Malheiro	FNDE
Eduardo Campos Gomes	CNJ	Paulo Roberto Riccioni Gonçalves	ATRICON
Fábio Alexandre de Araújo Lima	COSIS/STN	Ricardo Rocha de Azevedo	ABM
Fernando de Macedo Duarte	IRB	Roberto Coutinho	IRB
Fernando Martini Zucuni	IRB	Rodrigo Santos de Paula	CGU
Gilmar de Jesus Barros	ABM	Romeu Bizó Drumond	MPF
Gladsa Farias Castro	COSIS/STN	Ruy Takeo Takahashi	COREM/STN
Igor Vidal Araújo	CNMP	Tadeu Lage	GEFIN
Ivone dos Santos Silva	CNM	Valtair Lacerda dos Santos	CNM
José Airton Lacerda de Jesus	CCONF/STN	Vera Lúcia Hawerroth Santana	GEFIN
Juliana Rocha Munita Moreira	SLTI		

**Suplentes**

Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
Ângela Maria Francisco de Paula	IBGE	Paulo Roberto Oliveira de Melo	ATRICON
Bruno Ramos Mangualde	CCONF/STN	Renato Nogueira Starling	CESEF/STN
Cleiton Amaury da Cruz Dias	CNMP	Rômulo Veira de Faria	SOF
Daniel Carneiro de Aguiar	MPF	Simone Nishida Pereira	ABRASF
João Eudes Bezerra Filho	CFC	Walter Luiz da Costa	GEFIN
José Walber Medeiros de Soares Sousa	GEFIN		

**Assessores Técnicos**

Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
Albert Nunes Tomimatsu	SLTI	Lourivaldo José da Cruz	CCONF/STN
Aldemir Nunes da Cunha	CCONF/STN	Maria Alice Duraes de Araújo	ABRASF
Antônio Pereira de Carvalho	MPF	Mychelle Celeste Batista de Sá	SOF
Carla Ribeiro Alves Marques	SERPRO	Paulo Massaru Uesugi Sugiura	ATRICON

**Convidados**

Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
Adriana Furtado dos Santos	SEFAZ/ES	João Barbosa França	SEPLAN/GDF
Adriane Cristiane Kowaski Jordão	Prefeitura/PR	José Marilson Martins Dantas	UnB
Allan Cardoso de Albuquerque	TCE/RO	José Romilso da Silva	Betha Sistemas
Allan Jonson Piccini	Betha Sistemas	Josué Vladimir G. de Lima Saraiva	Logus Tecnologia
Arquimedes José Nogueira Fontes	Unimix Tecnologia	Jussara M. de Miranda Travassos	ITEC/AL
Cassiano Lhopes Moreno	STAF Tecnologia	Licardino Siqueira Pires	TCE/GO
Elane Silva Ataidés	TCE/TO	Marcus José de Caldas Bandeira	ITEC/AL
Elisângela Carli de Albuquerque	Prefeitura/RS	Renato Pontes Dias	CCONF/STN
Fabiana Ferreira Pascoaloto	CRC/SP	Roberto Kodama	CGU
Fabiane Spall da Silva	Prefeitura/RS	Rogério Ewald	E&L Software
Fernando Carlos Cardoso Almeida	CRC/BA	Walace Zloccowick Maia	Logus Tecnologia
Gilmar Martins de Carvalho Santiago	GEFIN	Walter Lindomar Braun	E&L Software

Gislene da Silva Santos Henny Nunes Lemos Jacques Luiz Cardoso Ramos	Prefeitura/SP TCM/CE E&L Software	Welson Baptista de Salles Junior Wilson Ferreira Júnior	SEFAZ/RJ TCE/GO
--	---	--	--------------------

**ASSUNTOS EM PAUTA/DESENVOLVIMENTO E CONCLUSÃO:**

O Coordenador, Sr. José Airton, deu início aos trabalhos do dia e informou sobre a alteração da forma dos debates: enquanto a palestra estivesse sendo proferida, poderiam ser tiradas as dúvidas, e não mais no final de cada apresentação. Passou então a palavra ao palestrante, Sr. Bruno Mangualde, da STN. **2. Painel SIAFIC (Cont.) 2.5 - Adequação aos Padrões Mínimos do Governo Federal (Bruno Ramos Mangualde, STN).** O Sr. Bruno Ramos Mangualde apresentou a estratégia para adequação do e-Cidade aos padrões mínimos para o SIAFIC do Governo Federal. Demonstrou quais as regras de negócio do sistema que estão sob responsabilidade da STN; quais os módulos do e-Cidade que estavam sob avaliação; sua instalação e conhecimento da ferramenta; quais as dificuldades encontradas; as propostas de melhoria e atualização da ferramenta para adequação aos padrões mínimos do Governo Federal. O palestrante esclareceu que não é desejo da STN substituir as empresas desenvolvedoras de software, uma vez que essas empresas têm condições de desenvolver melhores soluções que a disponibilizada pelo governo. Pelo contrário, é desejo do governo que um maior número de empresas tenha soluções para que as prefeituras não fiquem reféns de um único fornecedor. Em seguida passou a discorrer sobre o marco legal recente no que tange à melhoria da gestão municipal, a LC nº131, que alterou a LRF; o decreto nº 7185/2010; e a portaria STN nº 548/2010. Informou que a ferramenta a ser utilizada deverá preencher requisitos tecnológicos e contábeis, no sentido de que a contabilidade deva refletir a realidade do setor público e estes sistemas serão as ferramentas que irão permitir atender a este objetivo. Citou o exemplo do sistema que impedia o registro de despesa realizada fora dos parâmetros legais, mas que falseava a realidade contábil do ente, uma vez que a obrigação existia, mas não estava registrada. A contabilidade e os sistemas contábeis deviam refletir isso. Demonstrou que a disponibilização de um sistema pelo governo federal visa ao cumprimento do art. 64 da LRF, que atribuiu ao Governo Federal prestar assistência técnica aos municípios, esclareceu que não é obrigatória a sua adoção, mas apenas oferecer uma alternativa aos municípios. Afirmou que os sistemas utilizados no setor público deverão incorporar recursos que facilitem o processo decisório do gestor. Informou que a LC nº 131, trouxe novos requisitos de transparência e impôs a obrigatoriedade de adoção de SIAFIC, obedecendo a padrões mínimos de qualidade. Os novos requisitos de transparência se referem à divulgação de informações sobre a realização das despesas e receitas. Quanto ao padrão mínimo, o mesmo encontra-se melhor definido no Decreto nº 7185/10 e na portaria STN nº 548/10, enfatizou que o viés da regulamentação aponta na direção da contabilidade patrimonial, separando os aspectos orçamentários e patrimoniais. Enfatizou que os sistemas deverão estar adequados ao MCASP e ao MDF e adotarão o PCASP a partir de 2013. Retornou ao SIAFIC, abordou o e-cidade, que foi desenvolvido por uma empresa privada e doado ao governo federal, estando disponível no portal de software público, interface web, e modularizado. O sistema foi baseado no conceito de software público. Esclareceu que o e-cidade foi desenvolvido com base em ERP, cuidando de todos os aspectos da administração. Informou que um atrativo do sistema seria a instalação por módulos, o que facilitaria a implantação. Descreveu que inicialmente, foi procedida uma avaliação da ferramenta, realizou-se testes preliminares e treinamento de uma semana no sistema. Após isso, realizou-se uma análise para verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na legislação. Apresentou o resultado da análise realizada, concluindo que o sistema tem potencial, mas precisaria ser melhor avaliado para identificar todas as adequações necessárias ao aperfeiçoamento e disponibilização para ser um SIAFIC. A partir dessa avaliação preliminar, a STN definiu os seguintes encaminhamentos: Visita técnica a município que use o sistema; Obtenção de base de dados real; Realização de testes com a versão 50; Avaliação quanto a usabilidade; Implementação do Pcasp em base de dados limpa; Simulação em laboratório de um ambiente de uma pequena prefeitura. Após a apresentação foi aberto o espaço para debates. O Sr. Cleiton, do CNMP questionou se a STN pretendia implementar alguma solução no e-Cidade, disponibilizando novas versões? E no caso de versões, existiria alguma entidade que estivesse centralizando as informações e disponibilizando? O Sr. Bruno Mangualde, representante da STN, respondeu que sim. A ideia seria que houvesse uma equipe que trabalhasse no software de modo a adequá-lo a todas as mudanças que estão ocorrendo. Hoje, quem estaria centralizando toda a administração do sistema seria a SLTI. A STN estaria participando como parceiro na estrutura de negócios, no que diz respeito a aspectos financeiros, patrimoniais, contábeis e orçamentários. O Sr. Cleiton, CNMP, questionou qual seria a aplicabilidade em órgãos autônomos? Qual seria a possibilidade de integração, no caso da União, com sistemas corporativos (estruturantes)? O representante da STN respondeu que o sistema foi desenvolvido em ERP, possibilitando a departamentalização. Ele demonstrou o exemplo de uma prefeitura que tenha uma empresa pública, ela poderia disponibilizar um departamento no sistema para ser utilizado por esta empresa pública. Da mesma forma poderia ser utilizado pelo executivo e legislativo. O Sr. Cleiton, do CNMP, questionou sobre o módulo de RH. O sistema incluiria folha

de pagamento e gerenciamento? O representante da STN, Sr. Bruno Mangualde informou que foi dito, pelo desenvolvedor, que inclui – que é algo primordial – mas não houve avaliação por parte da STN. Portanto, não haveria ainda uma opinião formal em relação a este módulo. O Sr. Roberto Coutinho (IRB) questionou se o termo de referência, que está em elaboração, para melhoria do e-Cidade, estaria dentro do contexto do software público brasileiro que teria também a referência de comunidade. A responsabilidade desta comunidade, hoje, é da empresa que construiu o software. Qual seria o posicionamento da STN, qual ligação a Secretaria teria com esta comunidade? O representante da STN, Sr. Bruno Mangualde, informou que toda esta parte relacionada a software público estaria a cargo da SLTI. O Sr. Paulo Henrique Feijó, da STN, intervém e diz que a STN seria o gestor de negócio do e-Cidade, dentro da parceria estratégica com a SLTI. Informou que a STN não teria qualquer compromisso com a empresa desenvolvedora e nem deveria avaliar outros sistemas que por ventura estivessem em desenvolvimento. Que a parceria da STN seria institucional com a SLTI. Uma participante questionou em relação à prestação de contas dos fundos municipais, como o e-Cidade irá trabalhar a extração da informação contábil de forma automática do Fundo? O Sr. Bruno Mangualde respondeu que o grupo de estudos do sistema não teria margem para elaborar relatórios, de forma específica. Que o grupo entendeu que é uma limitação da ferramenta e que tal limitação deveria fazer parte do termo de referência, no intuito de melhoria. O Sr. Ricardo (ABM), manifestou preocupação sobre a necessidade de back-up e local onde ficaria o banco de dados. Qual a estrutura necessária? Qual o custo? Segundo ele, teria que haver diversos e-Cidades por causa das determinações dos Tribunais de Contas que instituem planos de contas diferentes pelos estados. O Sr. Bruno Mangualde explicou sobre o questionamento em relação ao DDA, nos municípios, que em verificação, o custo ficaria bem abaixo de uma assistência técnica. Em relação ao custo, ele poderá ser compartilhado. Foi dado o exemplo dos municípios de Capitão Enéas e Juramento (MG). Eles têm o mesmo DDA cuidando do mesmo sistema, reduzindo custos. O representante da STN informou que a Secretaria não pretende entrar neste mérito, ficando a cargo das administrações municipais. Ainda informou que no que diz respeito à diferença de entendimentos por parte dos Tribunais de Contas e órgãos de controle, a STN tem esta preocupação sim e entende que uma das barreiras para a padronização ampla, que era o plano de contas não padronizado, caiu. Que agora existe um plano de contas padronizado até determinado nível. O Sr. Paulo Henrique Feijó complementou informando que um dos objetivos do grupo seria a integração dos órgãos de controle, levando a uma padronização, identificando qual a melhor taxonomia a ser aplicada. Ele explicou que o e-Cidade é uma solução para pequenos municípios. Que não acredita que venha a resolver problemas de grandes municípios. Que o foco seriam os pequenos municípios. Que haveria sinalização de vários tribunais de contas demonstrando interesse em apoiar o projeto para que os pequenos municípios tivessem bons sistemas. O Sr. Luis Fernando, da SLTI, complementou a resposta do Sr. Paulo Henrique, demonstrando algumas experiências que a SLTI está tendo em alguns municípios. O representante da SLTI informou, sobre a prestação de contas, que como cada Tribunal cobra de uma maneira, os municípios estão desenvolvendo um módulo específico (em relação ao e-cidade) para o atendimento desta obrigação. Citou exemplos dos municípios dos estados de Minas Gerais e Mato Grosso. No módulo de RH, informou que o município de Capitão Enéas tem 800 servidores, e que na migração da base de dados para o e-Cidade, ocorreu um erro de apenas 6%. Informou também que o e-Cidade é um sistema que atende a um município de até cem mil habitantes de forma satisfatória. O representante da CNM informou que possui um sistema similar ao e-Cidade e que uma das grandes dificuldades de implantação, por parte dos municípios, seria a migração dos dados de um exercício para o outro, de recursos humanos e tributários. Disse que o custo de migração é muito elevado. O representante da SLTI perguntou como a STN vai auxiliar os municípios? Em relação aos tribunais de contas, seria necessário uma padronização. O Sr. Bruno Mangualde, da STN, disse que em relação à migração de dados de um exercício para o outro, o sistema não deverá fazer tal migração. Tal rotina deverá estar em regras de encerramento e abertura de exercícios. Que tal migração só ocorrerá quando houver a mudança de sistema, uma única vez. Que a STN dará, dentro do que lhe compete, de forma macro, apoio aos municípios. Em relação à capacitação, o Sr. Bruno Mangualde informou que a STN desenvolve, por meio do evento “Multiplicadores”, a disseminação do modelo. Que é de interesse da STN que haja interessados nos eventos para disseminação do conhecimento. O Sr. Bruno Mangualde informou que a padronização de entendimentos dos Tribunais de Contas, seria feito através de fóruns específicos. Citou como exemplo o Promoex, onde são discutidos entendimentos amplos em padronização. O Sr. Paulo, representante da Atricon, informou que se está entrando em uma seara avançada, e que não está havendo uma preocupação (na discussão atual) com algo essencial: a governança de TI. Ele disse que toda a federação tem que se capacitar para utilizar a tecnologia disponível. Que hoje não haveria pessoal suficientemente capacitado para utilizar as tecnologias disponíveis. O Sr. Paulo Henrique, da STN, disse que o processo de melhoria da utilização da tecnologia estaria em andamento. Que na questão do plano de contas, da migração de dados, o dificultador seria a cultura de fazer contabilidade orçamentária ao invés da patrimonial, no entanto, a CNM e ABM teria importância muito grande na implementação do projeto, em conjunto com a STN, Tribunais de Contas e outros órgãos interessados. Que não se queria pensar em um e-Cidade futurista, que precisaria de tantas funções, porém não se entregaria nada. O Sr. Paulo Henrique deu exemplo do Siafi, que foi feito em 6 meses e foi

